

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora Executiva*ETEVALDO DIAS — *Diretor (Brasília)*WILSON FIGUEIREDO — *Diretor de Redação*DACIO MALTA — *Editor*ROSENAL CALMON ALVES — *Editor Executivo*

Com Brasil Firmeza no Curso

Se ainda havia esperança de que o governo abandonaria a austeridade da política econômica, ela acabou de ser desautorizada pelo próprio presidente da República, que reafirmou seu apoio ao modo “firme, sereno e equilibrado” com que o ministro Marcílio Marques Moreira vem conduzindo a economia, com sucessos na queda da inflação e na regularização das relações financeiras internacionais do Brasil.

O governador Antônio Carlos Magalhães disparou esta semana nova rajada de metralhadora giratória — a primeira contribuiu para derrubar ministros e apressar a reforma ministerial — mirando na política econômica. O governador da Bahia fez eco às críticas do governador paulista, Luiz Antônio Fleury Filho, contra a lentidão da queda da inflação, apesar do agravamento da recessão. A Bahia sedia em Camaçari o principal pólo petroquímico do país; São Paulo abriga 50% do parque industrial brasileiro. Se a economia não cresce, as receitas vão mal, o que compromete a capacidade de realização de obras pelos estados.

Mas é preciso examinar primeiro os motivos dos modestos resultados da petroquímica (baiana e brasileira) antes de atribuir os efeitos à política recessiva causada pelos juros altos. Os juros estão altos, em termos nominais e reais, diante dos resultados ainda incipientes das receitas fiscais. Mas não são eles, apenas, que inibem as vendas.

No caso da petroquímica, o problema é a recessão em escala mundial, que produziu a contração da procura e uma superoferta no mercado mundial de produtos petroquímicos. De janeiro a março deste ano, as exportações de produtos petroquímicos caíram 44%, com uma perda de faturamento de 54 milhões de dólares. A petroquímica é hoje o principal ramo da indústria brasileira, com fortes ramificações em São Paulo, onde estão os principais investidores privados nacionais no pólo de Camaçari, e é também o carro-chefe da economia baiana.

Em São Paulo, o recente entrevero entre o gover-

nador Fleury Filho e as montadoras de automóveis — que voltaram à prática de aumentos superiores aos custos reais — serviu para mostrar que não é somente a elevada taxa de juros que está afastando os compradores dos revendedores, mas sim a distância cada vez maior entre os preços dos carros e a capacidade de compra dos consumidores.

É possível que os dois governadores estejam interpretando a inquietação do empresariado nacional com a desregulamentação da economia pelo governo, o fim das reservas de mercado e a abertura do comércio exterior, com a queda das alíquotas de importação. Essas medidas põem em xeque os mais importantes segmentos industriais de seus estados.

Se fosse esse o motivo, a reação do próprio governador Fleury contra as montadoras e mais a sua defesa de acordos setoriais para ir quebrando as expectativas inflacionárias, não deixam de ser concordantes com as diretrizes da política do ministro Marcílio, que foram publicamente encampadas pelo presidente Fernando Collor, durante a cerimônia de formatura de turma de 1991 do Instituto Rio Branco.

Nesse caso, as divergências seriam mais de forma e menos de conteúdo. A própria disposição para o diálogo e a negociação do ministro da Economia, que vêm rendendo frutos no Brasil e no exterior, seriam capazes de absorver aperfeiçoamentos na política econômica, sem implicar mudança do curso, como mais uma vez frisou o presidente.

O que se deve evitar — e o presidente foi claro e contundente ao manter o rumo — é a tentação de abandonar a austeridade, antes de completar o ajuste fiscal, em busca de um crescimento econômico rápido e ilusório. Isso ocorreu em 1979, quando Antônio Delfim Netto substituiu Mário Henrique Simonsen no comando da economia no governo Figueiredo. O país paga caro até hoje pela opção prematura do crescimento sem terem sido atingidas as precondições do ajuste fiscal.